

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 28/2017

"Estabelece normas gerais para o serviço de interesse público de transporte individual de passageiros em veículo automotor de aluguel com taxímetro e dá outras providências".

AUTOR:

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO

Através deste expediente legislativo, a proposição do ilustre Prefeito Municipal, consubstanciada na forma de Projeto de Lei sob n. 28/2017, submete à apreciação do Soberano Plenário Projeto de Lei epigrafado que: "Estabelece normas gerais para o serviço de interesse público de transporte individual de passageiros em veículo automotor de aluguel com taxímetro e dá outras providências".





ESTADO DO PARANÁ

Conforme se infere da justificativa que acompanha a Proposição em exame, o Autor assinala, em síntese, que: "o Projeto de Lei trata da adequação dos serviços de transporte individual de passageiros a Constituição Federal de 1988, pois tais serviços constituem atividade economica submetida à regulação do Poder Público. Cumpre esclarecer que os serviços de transporte individual de passageiros em veículo automotor de aluguel com taxímetro, obedecem, a uma antigo legislação, datada da década de 70, e ainda que ao longo dos anos tenha se submetido a alterações, não atende aos princípios elencados na Constituição Federal de 1988 e ao disposto na Lei Federal 12.587/2012 – Institui Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana".

A Constituição Federal em seu art. 30, inciso I, estabelece competência aos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, no que se enquadra, sem dúvida, a matéria ora em analise.

Dessa forma, quanto à sua iniciativa, a proposição em exame tem suporte legal também na Lei Orgânica do Município, visto que o art. 40, 1, "f", dispõe que:

Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito Municipal, legislar sobre as matérias de competência do Município, em especial:

 I - assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual, notadamente no que diz respeito:

f) ao incentivo à indústria e ao comércio;

Diante do exposto, entende esta Comissão, que se encontram presentes os requisitos de oportunidade, relevância e conveniência, manifestando-se favoravelmente ao regular prosseguimento





ESTADO DO PARANÁ

legislativo do Projeto de Lei epigrafado, <u>nos termos da Emenda Supressiva e</u> <u>Aditiva.</u>

A. Cord



ESTADO DO PARANÁ

CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO e a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMETO, manifestam-se pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 28/2017, nos termos da Emenda Supressiva e Aditiva.

Campo Largo, 06 de Junho de 2.018.

COMISSÃO DE JUSTICA E REDAÇÃO

MÁRCIO ANGELO BERALDO
Presidente

TADEL QUIRINO DE PAULA

Relator

ONINHO FERREIRA

Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORCAMENTO

TADEU QUIRINO DE PAULA Presidente

DARCI ANDREASSA Relator

TONINHO FERREIRA

Membro